



**Conselho Municipal de Saúde
do Rio de Janeiro**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Ref.: 13/07/2021

Aos treze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e um, em convocação para a realização da reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (CMS/RJ), no período das catorze horas e trinta minutos às dezoito horas, na Sala virtual da Plataforma Zoom da ADOULAS-RJ, reuniram-se pelo segmento dos usuários: conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa (Associação Carioca de Distrofia Muscular – ACADIM); conselheira Júlia Daniela de Castro (Federação das Associações dos Moradores do Município do Rio de Janeiro FAM-RIO); conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida (Associação de Doulas do Estado do Rio de Janeiro – ADOULAS/RJ); conselheiro Rene Monteiro de Almeida Junior (Grupo Pela Vidda – GPV/RJ); conselheiro Wilson Nilson da Rocha (Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio de Janeiro – FAAPERJ); conselheiro Carlos Alberto Bessa Menezes (Associação Cultural Recreativa Águia Negra – ACRAN); conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes (Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – SINDSPREV/RJ); conselheiro suplente Roberto Oliveira de Almeida (Associação dos CAPSI do Município do Rio de Janeiro – ACAMURJ); conselheira suplente Daniela da Silva dos Santos Moretti (União Brasileira de Mulheres – UBM/RJ); conselheiro Abílio Valério Tozini (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1); conselheira suplente Maria Edileusa Braga Freires (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1); conselheiro Marcello Cláudio Nunes Deodoro (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.2); conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1); conselheiro Ludugério Antônio da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.1) e a conselheira Neide Maria Neres Tinoco (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2). Pelo segmento dos profissionais de saúde: conselheira Lucimar Oliveira do Nascimento (Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro – SATEMRJ). Pelo segmento dos gestores/ prestadores de serviços: conselheira suplente Liliane Cardoso de Almeida Leal (Secretaria Municipal de Saúde - SMS); conselheira suplente Clara Câmara Soveral Carneiro (Secretaria Municipal de Saúde - SMS); conselheira Larissa Cristina Terrezo Machado (Secretaria Municipal de Saúde - SMS); conselheira Carmen Sandra Portugal Nogueira (Fundação Amélia Dias de Assistência ao Menor e Adolescente Portador de Necessidades Especiais – FAMAD) e a conselheira Maria de Lourdes Tavares Cavalcanti (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ). Pauta do dia: Deliberação das Atas: 11/05 e 08/06/2021. 1. Ponto fixo sobre a Covid-19 – 40 minutos. 2.- Esclarecimentos da SUBHUE sobre os contratos/convênios, insumo e medicamentos do novo modelo de gestão nas maternidades – 30 minutos. 3. Esclarecimentos da SUBHUE sobre a mudança de

perfil das Unidades Hospitalares do município do Rio de Janeiro – 30 minutos. **4.** Esclarecimentos da SMS sobre a Gestão do Contrato dos Tomógrafos das Unidades de Atenção Primária – 20 minutos. **5.** Apresentação de cronograma e escolha de membros para grupo de trabalho sobre o Plano Municipal de Saúde – PMS 2022-2025 – 20 minutos. **6.** Reativação da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador - CIST – 20 minutos. **7.** Apresentação do trabalho individual de cada Comissão Temática – 30 minutos. **8.** Informes dos Conselhos Distritais de Saúde – 10 minutos. **9.** Informes da Secretaria Executiva – 10 minutos. **10.** Informes da Gestão da SMS – 10 minutos. **11.** Informes do Colegiado – 5 minutos por conselheiro. Coordenação: Presidente do Conselho: **Maria de Fátima Gustavo Lopes**. Auxílio à Coordenação: **Comissão Executiva**: conselheiros(as): Júlia Daniela de Castro, Morgana Eneile Tavares de Almeida, Neide Maria Neres Tinoco, Osvaldo Sérgio Mendes, Lucimar Oliveira do Nascimento, Valeska Holst Antunes, Larissa Cristina Terrezo Machado e Liliane Cardoso de Almeida Leal. Moderadora: Secretaria Executiva: **Carmem Terezinha Gomes Sasaki**. A reunião iniciou às 14 horas e 39 minutos, com quórum previsto no Regimento Interno do CMS/RJ. A **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** propôs um encaminhamento aos conselheiros para que votem no “chat” e assim acabar com as dúvidas no momento da votação. Aqueles que tiverem dificuldades façam um sinal para serem atendidos. A **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** após fazer a leitura, colocou em votação a pauta junto com o encaminhamento da presidente do Colegiado. Apurado os votos, foram aprovados pela maioria simples. Prosseguindo, colocou em votação as atas de 11/05 e 08/06/2021 que foram aprovadas pela maioria simples. **Ponto 1**: Ponto fixo sobre a Covid-19. Para esclarecer, o **conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes** pediu aos técnicos para informarem com mais clareza e de forma mais concreta os números de óbitos, os atendimentos, as internações, etc.. A **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes**, complementando, pediu para que os técnicos expliquem quanto a necessidade de uma terceira dose com as três vacinas utilizadas já que chegou uma nova vacina ao país? Indagou quanto a diminuição do prazo para tomar a segunda dose? Se existe programação de vacinação na agenda da SMS para menores de dezoito anos? E, por fim, sobre o Hospital Universitário Pedro Ernesto pós Covid-19? Este ponto terá quatro apresentações distintas. O **Coordenador do CIEVS RIO, Caio Ribeiro** deu início a apresentação do Boletim Epidemiológico. Em seguida, a **Coordenadora do Programa de Imunizações, Nadja Greffe** deu início a apresentação referente a imunização. Prosseguindo, disse que esclarecerá os questionamentos feitos pela Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes. Iniciou os seus esclarecimentos dizendo que as primeiras vacinas produzidas no Brasil foram a Coronavac e a AstraZeneca com a distribuição sendo feita pelo Ministério da Saúde. Em seguida, receberam a vacina Pfizer e ultimamente têm recebido algumas remessas da vacina Janssen, de dose única. Entretanto, as três primeiras são recomendadas para esquema de duas doses. Sobre a necessidade de uma terceira dose, informou que ainda existem poucas evidências em estudos que possam utilizar para afirmar se essa terceira dose será necessária. Em relação a antecipação de intervalo de tempo para tomar a segunda dose da vacina AstraZeneca, informou que os estudos demonstram quando uma pessoa toma a primeira dose da vacina AstraZeneca e cumpre o intervalo de doze semanas para tomar a segunda dose, a eficácia da proteção, ou seja, a resposta vacinal pode ser em torno de 80% a 90%. Porém, se reduzir para oito semanas, que é a proposta estadual, tende a diminuir percentualmente a eficácia vacinal. Por conta dessa evidência, a área técnica da SMS está mantendo, neste momento, a recomendação

de doze semanas para a vacina da AstraZeneca. Em relação ao planejamento de vacinação para menores de dezoito anos, informou que qualquer decisão de vacinação abaixo de dezoito anos precisa de um alinhamento junto ao Ministério da Saúde que vem estudando as evidências da vacina Pfizer, justamente, para essa população abaixo de dezoito anos. Contudo, não existe recomendação de como deverá ser iniciada essa vacinação abaixo de dezoito anos e, se começará por esse grupo etário com os que têm comorbidade ou os que têm deficiência. Então, a forma de atender ao menor de dezoito anos, ele precisará de um alinhamento muito bem descrito com embasamento nas evidências e com respaldo também da instância federal através do Ministério da Saúde. Hoje, não temos uma programação definida, mas existe claramente uma intenção de que isso diante de todas as evidências positivas, possam cumprir também. Para reforçar, lembrou a todos que as gestantes e puérperas (mulheres em pós-parto), têm a recomendação de serem vacinadas, exclusivamente, com Coronavac ou Pfizer, pois não podem ser vacinadas com a vacina da AstraZeneca e nem com a vacina da Janssen, ou seja, essas vacinas não tem recomendação para esses grupos (gestantes e puérperas). A **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** informou que conta com a participação dos integrantes do Conselho Municipal de Saúde e dos Conselhos Distritais de Saúde para que trabalhem com as associações de moradores na conscientização da população quanto a importância da segunda dose e da primeira também. Acha que o CMS/RJ tem papel fundamental nesse momento porque estão precisando imunizar toda a população. Informou que as perguntas e questionamentos a serem feitos serão respondidos pelo Dr. Renato. O **conselheiro Abílio Valério Tozini** informou que a causa das novas variantes deve-se ao fato do prefeito Eduardo Paes ter concordado em trazer alguns jogos da Copa América, incluindo o jogo final que teve 10% de presença, o que gerou aglomeração. Acha que o CMS/RJ deve pautar uma recomendação para a equipe de técnicos que assessoram o prefeito para que o mesmo na hora de fazer concessões para eventos na Cidade do Rio de Janeiro, que leve em conta o comportamento das pessoas que não respeitam a legislação em geral. A **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** pediu via “chat”, a inclusão dos dados de cor, raça e etnia e que só precisará de dois slides a mais com os dados que a SMS já possui sendo um para os casos e o outro para o alcance da vacinação. Disse que não é para incluir em trazer aqui e sim para estar em todo documento explicitado. Disse ainda, que inclusive a prefeitura tem uma Resolução para que seja colocado cor, raça e etnia, bastando colocar nos boletins. Informou que o Comitê Técnico de Saúde da População Negra do qual participa junto com o conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes faz parte da SMS e tem uma Resolução em relação a cor, raça e etnia. Isso é importante e necessário. A **conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa** informou que a Anvisa liberou uma nota informando que a vacina Pfizer está provocando efeito colateral, possivelmente, pericardite e miocardite. Por isso, deseja saber se tem alguma estratégia da SMS para monitorar esses efeitos colaterais? Indagou ainda se estão vendo a situação do pós Covid-19 porque tem muitas pessoas sequeladas no que se refere a questão respiratória. Disse saber que existe um número bastante reduzido de profissionais fisioterapeutas respiratórios na Rede. Então, perguntou se existe algum planejamento da SMS no sentido de aumentar o número de profissionais de fisioterapia respiratória para absorver essa demanda da Rede? Na verdade, essa questão da fisioterapia respiratória tem uma carência já sentida há bastante tempo porque tem doença neuromuscular e não encontram esse serviço na Rede, a não ser o TDN (Tratamento de Doenças Neuromusculares), que é um serviço de suporte ventilatório, mas não de fisioterapia respiratória. Portanto, deseja saber se existe dentro das duas demandas, algum estudo, alguma reflexão da SMS dar resposta a

isso? O **conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes** endossou a fala da conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida em relação a inclusão dos dados de cor, raça e etnia. Também endossou a fala do conselheiro Abílio Valério Tozini sobre o prefeito ter aceitado os jogos da Copa América na Cidade e, por esse motivo, concorda que o CMS/RJ deve participar desse processo de informação de orientar o prefeito para que não cometa mais erros como foi informado anteriormente. Respondendo a conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa, a **Coordenadora do Programa de Imunizações Nadja Greffe** informou que a Anvisa emitiu um comunicado oficial de que existe evidências de raros casos de pericardite e miocardite, pois podem ter associação após vacinação com a Pfizer. A nota da Anvisa também destaca que por serem raros os casos de pericardite e miocardite o benefício da vacinação (com a vacina Pfizer) é colocado como prioridade máxima e que não existe recomendação para parar de usar a vacina da Pfizer. Por isso, vão manter a utilização da vacina Pfizer, conforme as remessas. Informou também que a Área Técnica da SMS implantou na rede municipal há muito tempo, a utilização de um protocolo de vigilância de efeitos colaterais pós vacina e que existe um sistema padronizado, onde qualquer queixa clínica ocorrida trinta dias após a vacinação é notificada oficialmente e investigada para definir a casualidade, ou seja, se foi ou não a vacina que produziu algum dano. Então, é necessário fazer uma investigação clínica e epidemiológica. As Equipes da Atenção Primária e da Rede Hospitalar da SUBHUE são orientadas para essa notificação de qualquer caso suspeito, onde o quadro clínico possa remeter a alguma situação de evento adverso ou efeito colateral pós vacina. Devido ao comunicado da Anvisa, a Coordenadoria de Imunização emitirá um alerta específico no dia de hoje para orientar as equipes de como suspeitar, de como produzir a investigação e de como manejar esse caso. Esses casos são avaliados pelo Comitê responsável do Ministério da Saúde e o encerramento do caso é feito por um grupo de especialistas do próprio Ministério. Portanto, a partir de amanhã será enviada uma instrução técnica para a Rede municipal de Atenção Primária e Hospitalar para que o grupo clínico esteja atento a possibilidade dessa ocorrência (pericardite ou miocardite), apesar de ser muito rara. A **conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa** informou que seu objetivo ao fazer a pergunta foi de deixar bem claro e saber se nesses casos (pericardite e miocardite), os benefícios são maiores que os riscos para que as pessoas não fiquem amedrontadas e parem de tomar vacina. Finalizando, agradeceu. O **Coordenador do CIEVS RIO, Caio Ribeiro** informou que no Painel Covid-19, devido ao CMS/RJ e as demandas do Comitê Técnico de Saúde da População Negra, foi inserido o quesito raça e cor e que está na primeira página do Boletim Epidemiológico. Em relação a Copa América, ressaltou que a Vigilância em Saúde e a Vigilância Sanitária estiveram presentes em todos os jogos, tanto antes e durante as partidas e que enviaram as amostras das pessoas monitoradas que trabalharam de apoio e também da delegação e jogadores para serem sequenciadas para saber qual a variante que circulou. Todos os analisados estão com a variante P1, que já circula no município. Finalizando, informou que a SMS se importa com todos os eventos de grande porte que ocorrem na Cidade do Rio de Janeiro. A **conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa** deseja ter a resposta da segunda pergunta, ou seja, saber se existe algum planejamento para aumento da oferta de fisioterapeutas respiratórios na Rede municipal para atender os sequelados pós Covid-19? O **Superintendente de Atenção Primária Dr. Renato Cony Serodio** deu início a apresentação referente ao acompanhamento e reabilitação pós Covid-19. Em seguida respondeu o questionamento anterior da conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa. Então, esclareceu que estão preocupados com a oferta dessa reabilitação em doenças pulmonares e por causa disso fizeram na SUBPAV, um

mapeamento de todos os fisioterapeutas disponíveis na Rede municipal. Além dos fisioterapeutas que atuam nos CER's e nas policlínicas, têm também fisioterapeutas que atuam nos CMS's e que estão trabalhando para aumentar a oferta de vagas desses fisioterapeutas nos CMS's. Então, uma vez que parametrizem (estabelecer parâmetros) todas as vagas e todas as ações desses profissionais que também se encontram nos CMS's; todos podem ver o aumento do número de vagas no SISREG, incluindo a fisioterapia e também incluindo a fisioterapia respiratória. Esse é o objetivo. Ressaltou que a Coordenação de Policlínicas está finalizando esse documento e quando estiver pronto será enviado para as CAP'S. A **conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa** disse estar contemplada com a resposta. A **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida**, complementado, disse que depois a SUBHUE pode preparar melhor isso. Ressalvou que ouviu atentamente a fala principalmente de estarem preocupados, o que é bom. Entretanto, não conseguiu ter a dimensão. Então não consegue saber hoje, por exemplo, qual é a dimensão de pessoas que demandaram para esse tipo de atendimento. Informou que têm, infelizmente, várias pessoas próximas que saíram do atendimento que, inclusive, têm outras demandas no pós Covid-19 como escaras e que são frutos do longo atendimento. Talvez seja interessante para o futuro, os conselheiros terem uma noção mais objetiva do que isso significa e como isso refletirá dentro dos atendimentos das demandas de fisioterapia que existe nos NASF's, pois ficou pensando sobre isso até porque nem sempre os NASF's dão conta pelo menos da forma como estava o volume de clínicas, dependendo da região. Disse que entendeu quase tudo, mas não sabe que volume é esse. Então, perguntou se estão investigando os casos de síndrome? Acha que podem retornar com esse tema no futuro próximo, dentro desse item, além de deixar mais explícito como é essa preparação porque se trata de um grande volume de pessoas e provavelmente terá um impacto na vida e na programação futura no Plano de Saúde, por exemplo. O **Superintendente de Atenção Primária Dr. Renato Cony Serodio** informou ter ciência com base em dados de outros países que avançaram no controle da doença e que não têm uma diferença muito grande em relação a esses países. Então, se tivesse meio milhão de casos na Cidade do Rio de Janeiro, sendo um por cento (cinco mil pacientes da síndrome do Covid longo), ou seja, pacientes com sintomas continuados por mais de doze semanas, contando desde que começou a pandemia até agora. Considerando esses pacientes com a Covid longo, se colocarem uma resolutividade de oitenta por cento da APS, considerando os pacientes que fazem um autocuidado por meio de exercícios que pode fazer em casa, mas tudo o que podem fazer via NASF's e via Saúde da Família, diminuirá os números de pacientes para serem atendidos nos centros de reabilitação. O que pode trazer é a capacidade de absorção dos centros de reabilitação, desde que conte com o auxílio da coordenação. O que não conseguem é mensurar diretamente os pedidos de reabilitação e quantos são por Covid-19. Para isso, será preciso fazer um levantamento de dados que requer a interpretação de texto. Mas uma vez que fizerem um pedido de encaminhamento para pós Covid-19, conseguem ter um dado um pouco mais fidedigno para apresentar aos conselheiros. Em seguida explicou que levando em consideração, pois sabem epidemiologicamente que não é um número grande que sobrepõe o total da ofertas que têm hoje. Segue agora a quarta e última apresentação do ponto Covid-19. Os **representantes do Complexo Regulador do município do Rio de Janeiro Paulo Leonardo Ferreira e Christiano Rezende Bulkool** deram início a apresentação do panorama da situação das internações, taxa de ocupação e a solicitação para leitos SRAG, além de mostrar o reflexo da ação da imunização na Cidade do Rio de Janeiro. Prosseguindo, a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** deu

início ao **Ponto 2** da pauta: Esclarecimentos da SUBHUE sobre os contratos/convênios, insumo e medicamentos do novo modelo de gestão nas maternidades – 30 minutos. Assim a **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** convidou a conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida para realizar a explanação, todavia, esta aparentemente não estava presente no momento. Em sequência colocou em votação apresentar então o **Ponto 3** da pauta: Esclarecimentos da SUBHUE sobre a mudança de perfil das Unidades Hospitalares do município do Rio de Janeiro – 30 minutos, o que foi aprovado pela maioria simples. Logo convidou o **conselheiro Abílio Valério Tozini** para explicitar o ponto iniciado, que com a palavra disse que tem questionamentos direcionados a SUBHUE acerca de quando será resolvido a falta de medicamento nas Unidades de saúde. Acrescentou também que há unidades que estão mudando o perfil sem dar ouvidos ao CMS/RJ e que isso não está previsto na legislação, assim pediu por mais respeito para com o Conselho. Assim a palavra foi passada para a **Superintendente da SUBHUE Sra. Aline** que com a palavra se apresentou e afirmou que não existe nenhum Projeto em vigência que compete a mudança do perfil das unidades de saúde e que existe apenas uma preocupação da SUBHUE em fornecer um serviço de saúde robusto com especialidades, pois atualmente as forças das unidades estão voltadas para cuidar da pandemia. O próximo a falar foi o **conselheiro Abílio Valério Tozini** que respondeu ser tudo bem que aconteça dessa forma durante a pandemia, porém quando acabar, deve-se discutir o perfil das unidades para saber realmente se justificam as mudanças que estão ocorrendo, primeiramente dentro dos Conselhos Distritais e posteriormente no CMS/RJ. Acrescentou também que há dentro de hospitais federais localizados no Rio de Janeiro a inserção de companhias privadas e que isso anteriormente deve ser discutido com o Conselho. Antes do início da votação, a **Superintendente da SUBHUE Sra. Aline** assim agregou que caso seja criado um Projeto, todos serão consultados e que todas ações são pensadas baseado no estudo das necessidades da população e agradeceu a todos. A próxima a falar foi a **conselheira suplente Maria Edileusa Braga Freires** que com a palavra reafirmou a fala do conselheiro Abílio Valério Tozini dizendo que já foi discutida temática em sua comissão e que é uma situação muito preocupante. Disse também que há uma grande procura dos cidadãos pelas unidades, principalmente hospitais e que esses não estão conseguindo atendimento. Seguindo relatou um caso que ocorreu recentemente. O próximo a falar foi o **conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes** dizendo que o processo de mudança de perfil das unidades municipais e federais está ocorrendo em muitas unidades e que deve ser colocado em votação, pois não concorda com essa atitude no contexto pós-pandemia e, que o mesmo processo já aconteceu no passado e o Conselho deve se manifestar. Finalizada a fala anterior o **conselheiro Abílio Valério Tozini** inseriu no "chat" para votação sua proposta: “Nas Unidades de Saúde no Município do Rio de Janeiro, exceto as adaptações emergenciais para atendimento da população durante a pandemia, nenhuma outra modificação de uso ou perfil será realizada durante a pandemia e passada a pandemia as unidades devem voltar às suas funções e atividades anteriores à pandemia, até que ocorra análise e aprovação de eventual modificação pelo respectivo Conselho Distrital, Municipal e se for o caso, o Conselho Estadual e Federal de Saúde.” A **Superintendente da SUBHUE Sra. Aline** se pronunciou dizendo que as unidades federais de saúde tem uma gestão própria e que é importante de fato que um documento seja emitido para que as dúvidas sejam encaminhadas. A próxima a falar foi a **conselheira Maria de Lourdes Tavares Cavalcanti** dizendo que gostaria de entender o que, para os conselheiros é considerado "mudança de perfil ou uso", pois ela entendeu que foi um problema no processo de trabalho. Logo o **conselheiro Abílio Valério Tozini** se manifestou

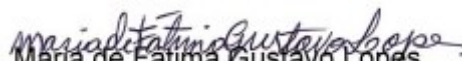
afirmando que não foi um problema no processo de trabalho, pois por exemplo, os pediatras das unidades de saúde foram extintos, acrescentando também que os pacientes têm que se deslocar para outras unidades para conseguir atendimento e que os hospitais têm andares inteiros fechados. A **conselheira Maria de Lourdes Tavares Cavalcanti** disse que apoia a proposta e sugere que esta seja encaminhada à Gestão para que ocorra uma conversa sobre o assunto. A **conselheira suplente Maria Edileusa Braga Freires** respondeu a conselheira Maria de Lourdes Tavares Cavalcanti que já foram marcadas conversas com os gestores da CAP 2.1 e que esses, nunca tiveram tempo para tal conversa. E, que deveria saber das mudanças, não pelos pacientes, mas pelos próprios gestores. Finalizada a fala, a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** leu a proposta enviada ao "chat" pelo conselheiro Abílio Valério Tozini e a colocou em votação no CMS/RJ. A **conselheira Maria de Lourdes Tavares Cavalcanti** pediu a fala e com a palavra insistiu para que houvesse uma reunião entre o CMS/RJ e a Gestão, pois devido a dados de óbitos apresentados da pandemia de Covid-19, os números estão oscilando e acredita que a pandemia não vá embora tão cedo e dizer que voltar a ser o que era antes é muito subjetivo, logo não é a melhor forma a se pensar e por tal motivo não se deve adiar a conversa. A **conselheira suplente Liliane Cardoso de Almeida Leal** ressaltou que seria, então, interessante deixar marcado a necessidade de diálogo entre o CMS/RJ para discutir o perfil das unidades para assim compreender as demandas e o discurso da Gestão. Assim a **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** pediu uma explanação sobre a opinião da Gestão acerca da proposta anteriormente e colocar o texto para leitura de todos com a intenção de agilizar o encaminhamento. A **conselheira Maria de Lourdes Tavares Cavalcanti** com a palavra leu novamente a proposta para todos e disse que havia ali algo que a incomodava, pois a gestão hospitalar é dinâmica e a todo tempo são necessárias mudanças e adaptações. Reafirmou o que tem que ser garantido é o diálogo e comunicação entre o Conselho e a Gestão. O **conselheiro Abílio Valério Tozini** foi o próximo a falar e disse que não foi apenas uma mudança emergencial e que ocorreu a extinção de uma modalidade existente na unidade. Assim a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** leu novamente a proposta e a colocou em votação. Ao checar o quorum, deu como aprovado pela maioria simples. a **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** finalizou assim dizendo que fará o encaminhamento para a Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, ao Conselho Estadual de Saúde RJ, ao Conselho Nacional de Saúde e DGH. Seguindo, a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** retomou ao **Ponto 2** da pauta: Esclarecimentos da SUBHUE sobre os contratos/convênios, insumo e medicamentos do novo modelo de gestão nas maternidades – 30 minutos. E, convidou a **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** para realizar a explanação do ponto, que com a palavra disse que pediu o ponto, pois algumas semanas atrás ocorreu uma situação no Hospital Maternidade Maria Amélia Buarque de Hollanda teve seu atendimento de parto paralisado e chegou ao seu conhecimento que esse processo se deu devido a uma mudança nas OS's por um novo contrato que utiliza a modelagem híbrida e isso gerou o desabastecimento, ou seja, sem recursos o suficiente para prestar atendimento e assim as pacientes que estavam sendo atendidas ali tiveram de ser transferidas, seguindo assim manifestou seu descontentamento em nome da Associação de Doulas do Estado do Rio de Janeiro – ADOULAS/RJ) e agregou também que foi realizada uma manifestação pacífica na porta da maternidade e apoiou a fala do conselheiro Abílio Valério Tozini, acrescentando que após isso houve um encontro com a SUBHUE e o atendimento de partos da unidade voltou a funcionar mas gostaria, neste momento, entender porque do modelo de gestão ter

mudado e como isso aconteceu? Gostaria de saber também se esse modelo vai ser aplicado a outras unidades e se existe alguma previsão para novos insumos? A **Sra. Carla Brasil da SUBHUE** respondeu que não possui todas as respostas mas que a colocação anteriormente citada é muito importante. Disse que existe uma lei que é proveniente da gestão anterior e que foi recentemente aprovada pela Câmara de Vereadores que determinou a mudança do contrato de gestão do Hospital Maternidade Maria Amélia Buarque de Hollanda e CER. Disse também que não consiste em apenas uma troca de OS mas uma troca de modelo e ressaltou a importância da maternidade para todos e deu razão a conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida, adicionando assim: que os vereadores deveriam ter mais cautela ao aprovar uma proposta, pois processos como este são muito complexos. Disse que tanto o RH da unidade quanto o corpo de servidores, estão ainda os mesmos e que a SUBHUE está trabalhando para avançar nos processos de aquisição e de contrato. Acrescentou que até então a mudança só foi aplicada na unidade em questão. Comentou que o Complexo Souza Aguiar está reunindo esforços para abastecer tanto o Hospital Maternidade Maria Amélia Buarque de Hollanda quanto o CER. Informou que há o engessamento de contratos de consumo e demandas da prefeitura que devem ser respeitadas. A **Superintendente da SUBHUE Sra. Aline** que falou desta vez, disse que como mudou o modelo, terá um processo de adaptação da parte de todos e ressaltou a importância do diálogo, pois a forma com que o modelo é aplicado pode engessar a desenvoltura do funcionamento da unidade. A **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** tomou posse da palavra e com esta disse que seria interessante se os conselheiros tomassem conhecimento então dos detalhes que permeiam essa mudança e que deveria ser feito um encaminhamento com um estudo com a diferença entre o modelo híbrido e o modelo de gestão anterior, até mesmo a diferença de custo. A próxima a falar foi a **conselheira Maria de Lourdes Tavares Cavalcanti** que com a palavra disse que pelo o que a mesma leu da lei, é previsto que todas as unidades, assim que o contrato encerrar, passem por essa mudança e agregou acreditar que a lei foi criada para evitar o superfaturamento em atividades, insumos, a fim de evitar o mau uso dos recursos. Disse ainda que concorda em saber qual é o melhor modelo de gestão por meio do encaminhamento e que será interessante ser formado um GT com os técnicos e a Secretaria para estudar a situação já que essa agora é a realidade em que vivemos. A **Superintendente da SUBHUE Sra. Aline** acrescentou que só ficou evidente agora, pois antes não havia nenhum contrato a findar e pelo fato o do Hospital Maternidade Maria Amélia Buarque de Hollanda ter encerrado este ano, a mudança se tornou clara e então a Secretaria teve de se ajustar para dar continuidade. O próximo a falar foi o **conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes** que com a palavra disse que a lei comentada tem mais a atrapalhar do que acrescentar e que a voz do povo deve se posicionar acerca da situação, além de ressaltar a importância dos conselheiros saberem do custo benefício dessa mudança. O próximo inscrito a falar foi o **conselheiro Ludugério Antônio da Silva** e assim fez o pedido para que fossem ali discutidos os itens 6 e 8 da pauta, finalizando o seu agradecimento. Seguindo assim, a **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** sugeriu que a discussão do Ponto 2 da pauta continue na próxima plenária para que assim haja esclarecimentos. Assim foi colocado em votação a proposta. Após verificar o quórum, anunciou a aprovação pela maioria simples. A **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** deu início ao **Ponto 4** da pauta: Esclarecimentos da SMS sobre a Gestão do Contrato dos Tomógrafos das Unidades de Atenção Primária e chamou o **conselheiro Ludugério Antônio da Silva** para realizar a explanação do ponto. Este com a palavra solicitou esclarecimentos ao enfermeiro Paulo Murilo de Paiva acerca

da CAP 5.1 e também sobre a coordenação da unidade. A palavra foi passada para o **enfermeiro Paulo Murilo de Paiva** que com a palavra cumprimentou a todos e deu início a sua apresentação dizendo que está assumindo a Gerência de Vigilância Epidemiológica e Capacitação da Saúde do Trabalhador na Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (CIST). Prosseguindo, afirmou que em sua opinião é de suma importância a estruturação da CIST que é uma ferramenta que une o Controle Social e trabalhadores e que esta abrange todos os trabalhadores que transitam pelo Rio de Janeiro e agregou que está sendo reestruturada. Hoje, a saúde do trabalhador está fortificada, pois está ligada a SUBPAV e a Atenção Primária e que está ocorrendo um avanço nesse processo e assim finalizou agradecendo a todos. O primeiro inscrito a falar foi a **conselheira Neide Maria Neres Tinoco** que com a palavra se apresentou e disse que na AP 5.2 havia um programa de saúde do trabalhador e que o mesmo foi retirado da área em questão sem qualquer aviso prévio para o CMS/RJ. Acrescentou que gostaria de deixar esta manifestação e indagar o que é a saúde do trabalhador? O que ela faz e quais são as propostas futuras? A palavra foi passada ao **enfermeiro Paulo Murilo de Paiva** que explicitou que a saúde do trabalhador tem diversas vertentes, como por exemplo, a vigilância do ambiente ocupacional e afirmou que ocorreu o declínio do programa na CAP 5.2, mas que a intenção da maioria é retomar com o programa o mais breve possível. A **conselheira Neide Maria Neres Tinoco** retomou com a palavra e disse que não ficou totalmente esclarecida a sua dúvida e agregou que gostaria de saber as diferenças e quem é considerado como trabalhador para o programa? O **enfermeiro Paulo Murilo de Paiva** respondeu que ainda há mais a entender do Projeto que atualmente está no seu início e que está movendo forças para realizar um programa de saúde do trabalhador efetivo e fortalecido. O **conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes** foi o próximo a falar e disse que tinha entendido que a finalidade do ponto era convidar conselheiros para formar a comissão. Logo após, o **conselheiro Abílio Valério Tozini** disse que a formação da comissão será importante, pois dará voz aos trabalhadores que sofreram algum acidente ou com outros problemas que tenham impacto em sua ocupação. A **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** respondeu para os conselheiros que desejam participar da comissão, que estão abertas as inscrições. Assim o conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes se inscreveu junto a conselheira Lucimar Oliveira do Nascimento. A **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** finalizou e deu início **Ponto 5** da pauta: Apresentação de cronograma e escolha de membros para grupo de trabalho sobre o Plano Municipal de Saúde – PMS 2022-2025 e chamou a **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** que iniciou a apresentação afirmando que uma das competências do CMS/RJ é ler e discutir o Plano Municipal de Saúde proposto e explicou a função do PMS, apresentando o cronograma e fez um chamado para participação do grupo de trabalho para esquematizar os dados e avaliar os envios da Gestão. A **conselheira suplente Liliane Cardoso de Almeida Leal** complementou dizendo que seria importante visitar o último Plano para que sejam investigadas as metas alcançadas e as metas pendentes. Acrescentou também que a Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro está se organizando com grupos de trabalho para realizar a atividade e que todos os esforços estão sendo movidos para elaborar um PMS de qualidade e efetivo. A **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** abriu assim a inscrição para o GT referente ao Plano Municipal de Saúde. Então inscrevam-se a conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida, o conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes e a Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes, deixando em aberto para outros conselheiros que queiram se inscrever. A **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** colocou em

aprovação a criação do GT, e ao conferir o quórum, deu como aprovado pela maioria simples. Para os informes do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro o **conselheiro Marcello Cláudio Nunes Deodoro** enviou ao "chat" o seguinte trecho: "Gostaria que na documentação que vai relatar sobre os Hospitais Federais em cima da fala do conselheiro Abílio, solicito que insira no documento que irá seguir para o Estadual e Nacional que seja informado que na AP 2.2, o Conselho Distrital de Saúde da AP, desde março de 2020 vem se reunindo virtualmente realizando o Conselho de Gestão Participativa do Hospital Federal do Andaraí e, em nenhum momento a Direção apareceu na reunião. Estamos cumprindo e respaldado pela Portaria nº 1270 de 05/08/2005 que regulamenta os Conselhos de Gestão Participativa e temos todos os e-mail salvos encaminhados para Direção do Hospital e a Direção não compareceu a reunião. Temos acesso aos pacientes que se tratam no Hospital e estamos sempre ouvindo e relatando as denúncias dos usuários via MP." Dessa forma, a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki e a Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** agradeceram a todos e finalizaram a reunião. Observação: Os pontos 7, 8, 9, 10 e 11 foram cancelados por conta da hora. Não havendo mais nada a ser discutido e deliberado foi encerrada a reunião às dezoito horas e vinte minutos e nós, **Yasmin Toledo dos Santos e Marcelo Dionízio Gomes** damos por lavrada a ata e assinamos em conjunto com a Presidente deste Conselho, **conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes**.


Marcelo Dionízio Gomes


Maria de Fátima Gustavo Lopes

Yasmin Toledo dos Santos